

VOZ DA NAÇÃO

São Paulo, 15 de novembro de 1985 a 15 de janeiro de 1986—n.º 5—Ano II — Cr\$ 2.000

LÍBIA ISOLA EUA

FRACASSA TENTATIVA DE BOICOTE E AMEAÇAS

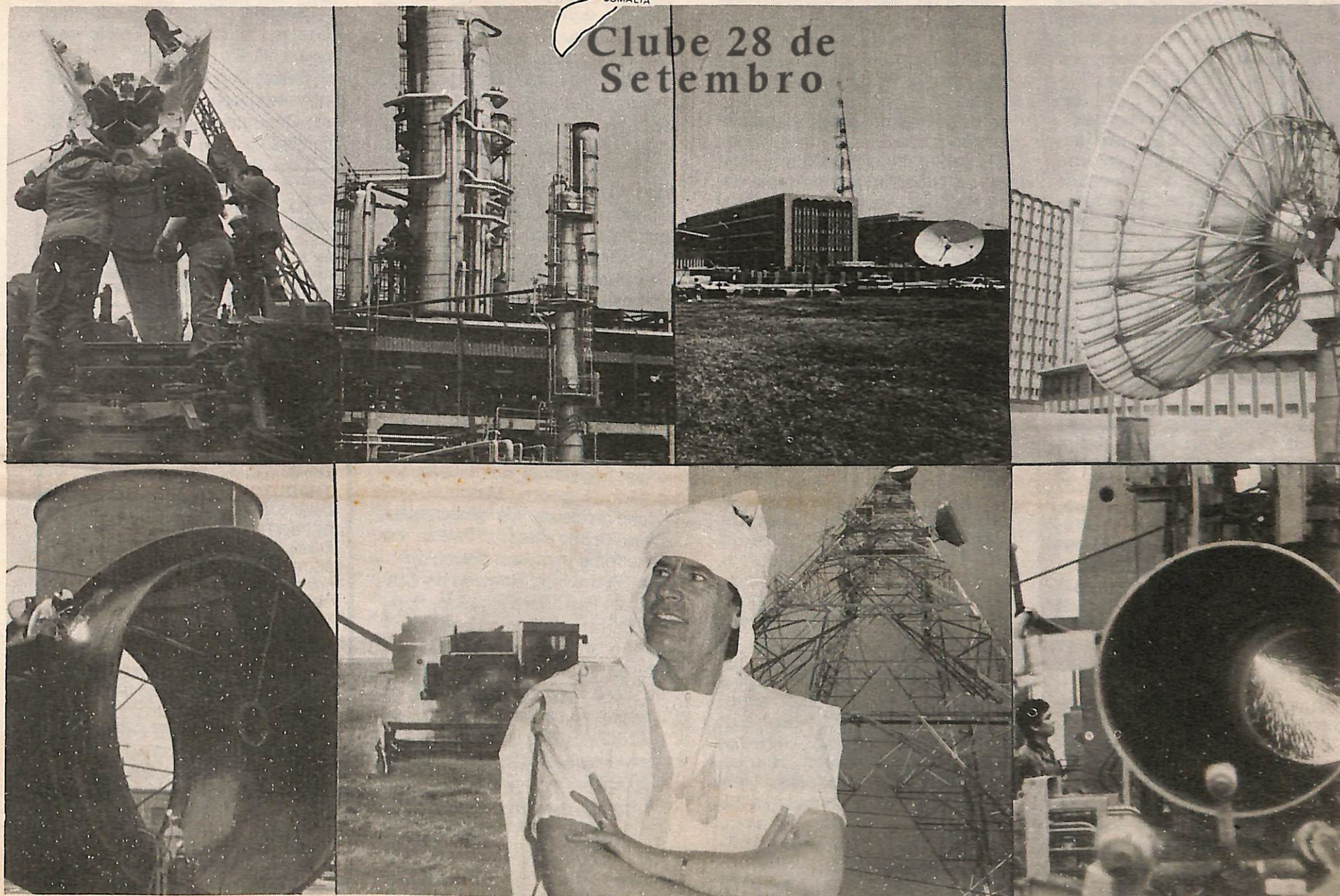
**EGITO PERDE
INDEPENDÊNCIA**

Pág. 8 e 9



**BRASIL TEM 50 MILHÕES
DE ANALFABETOS**

Pág. 4



EDITORIAL

O imperialismo norte-americano e seu aliado sionista continuam a guerra não-declarada contra a Líbia, demonstrando sua ira diante dos resultados da Revolução de 1.º de setembro de 1969, que livrou o país da escravidão e do atraso. A decretação do chamado "boicote" econômico geral contra a Jamahiriya, incluindo a proibição de importação de petróleo líbio e a exportação de equipamentos norte-americanos para a exploração e prospecção de petróleo, não é mais do que uma pequena parte da política chovinista de grande potência praticada pelos EUA contra qualquer nação que ouse decidir-se pelo caminho da independência e do progresso social. Não só a Líbia vive momentos difíceis devido a política terrorista dos EUA, mas outros países como a Nicarágua, Cuba, Granada, Angola, Moçambique, Etiópia, Vietnã, Laos, Irã, Índia, Síria, Gana, Burkina Fasso, Benin, Guiné-Bissau, Iêmen do Sul, entre tantos outros, são obrigados a desviar grandes recursos, que poderiam ter outro fim, para a defesa nacional, visto que os imperialistas não cessam suas ameaças, provocações e agressões.

É neste mesmo contexto que se insere a guerra bacteriológica e biológica iniciada pelos EUA contra a Líbia, tal como a CIA e o Pentágono já fizeram contra outros países. A introdução de determinados tipos de ratos desconhecidos no território da Líbia, e muito comuns nos EUA, tem por objetivo causar sérios prejuízos à agricultura. Se isso não bastasse, a CIA programou contaminar todos os alimentos enlatados que a Líbia importava para satisfazer suas necessidades. Entretanto, devido ao empenho do povo árabe-líbio, essas importações deixaram de ser necessárias, porque a agricultura nacional atingiu o índice de produção capaz de suprir as necessidades internas mais urgentes, inclusive permitindo a exportação de alguns excedentes.

Ao mesmo tempo, foi suspensa pela Casa Branca a transferência de todos os tipos de tecnologia à Líbia, inclusive nos setores de medicina, farmácia e alimentos. Paralelamente, todos os estudantes líbios que faziam cursos técnicos nos EUA foram transferidos para a área de Letras, o que determinou o retorno da maioria a seu país. No mesmo sentido, foi suspensa a entrega pela firma contratante de aviões Boeing 2737 e 747 para passageiros, conforme imposição governamental.

Ao terrorismo econômico, os imperialistas norte-americanos associam a guerra político-ideológica travada, principalmente, pelos meios de comunicação sob seu controle, suprimindo um mercado ávido de sensacionalismo, com mentiras, calúnias e disparates de

todo tipo. Para cumprir esta tarefa, os diversos Serviços de Inteligência norte-americanos e de seus aliados contam com grandes recursos e quadros especializados em guerra psicológica, sendo seu objetivo principal, no caso da Líbia, denegrir o país, desacreditar a Revolução e dificultar ao máximo suas relações de paz, amizade e cooperação com outros países, particularmente do Terceiro Mundo. O esforço da administração Reagan de apresentar a Líbia como um dos sustentáculos do terrorismo internacional, quando são os próprios EUA que o praticam, é apenas mais uma tática para agredir os povos e tentar alcançar o domínio mundial. É exatamente deste modo que se deve entender o terrorismo informativo contra a Líbia, baseado no falso argumento, fabricado pela CIA, de que a Líbia e o líder Muammar Al-Kadhafi estariam envolvidos nos atentados de Roma e Viena, quando se sabe que foram palestinos e tunisianos, vítimas dos massacres de Sabra e Chatila e do bombardeio sobre Túnis, perpetrados por Israel com prévio conhecimento dos Estados Unidos, que realizaram as duas operações. Ao lado disso, os agentes da CIA e o próprio Reagan, ex-informante da polícia — veja-se "dedo-duro" — procuram manipular o fato de ter perecido uma criança no meio do tiroteio e explosões que se seguiram, fato lamentável evidentemente. Mas não falam uma palavra sobre as dezenas de milhares de crianças palestinas, libanesas, sírias, egípcias, nicaraguenses, vietnamitas, angolanas, argentinas, chilenas e brasileiras mortas por culpa de ações militares ou de desestabilização, com os consequentes golpes de estados fascistas, sob os auspícios do imperialismo norte-americano e do sionismo internacional. Quando se acusa alguém verídica ou inverídica, é preciso ter um mínimo de coerência, a não ser que considerem que só nos EUA e Israel haja crianças, o que seria mais uma agressão à humanidade.

Apesar dos agentes do Serviço de Inteligência norte-americano e de alguns de seus aliados enviados a Líbia e à região, com instrução de obscurecer o papel do país no âmbito árabe, e a outros países que decidiram não ficar de joelhos diante de suas imposições, apesar da VI Frota estar circundado as costas líbias, tal como faz com todo país que ousa defender sua dignidade nacional — exatamente como aconteceu em 1964, quando ocorreu o golpe militar no Brasil — todos os povos que se decidiram pelo caminho da liberdade, todas as forças democráticas e populares, todas as forças amantes da paz e defensoras dos mais legítimos direitos humanos não só assistem a luta do povo líbio contra a terrí-

vel ameaça norte-americana, mas dela participam, solidarizando-se com o povo da Jamahiriya Socialista Popular Árabe da Líbia em repúdio ao terrorismo de estado praticado pelos Estados Unidos e Israel, sua base militar no Oriente Médio. Não há grande batalha que se possa considerar fácil, entretanto, cada vitória produz seus frutos, que alimentarão nossos filhos e nossos descendentes mais longínquos.

Atenção: telegramas de protesto à Embaixada dos Estados Unidos devem ser enviados para SES — Av. das Nações, lote 3 — Brasília, e de solidariedade e apoio ao Burô Popular da Líbia para QI 15 — Chácara 26 — Brasília.

Agradecemos a todos que nos enviaram votos de Feliz Natal e Feliz Ano Novo e retribuimos:

Excelentíssimo Presidente da República e Sra. José Sarney; Governador de Goiás Íris Rezende; Governador de Mato Grosso Júlio José de Campos e família; Governador de Mato Grosso do Sul Wilson Barbosa Martins e família; Governador de Santa Catarina Esperidião Amin e família; Governador do Rio Grande do Sul Jair Soares; Governador de Sergipe João Alves Filho.

Brasília: Senador Murilo Badaró; Deputado Federal Márcio Santilli e família; Deputado Federal Darcy Pozza e família; Deputado Federal Bonifácio de Andrada; Deputado Federal Vingt Rosado; Deputado Gorgônio Neto; Almirante de Esquadra José Maria do Amaral Oliveira, Estado Maior das Forças Armadas; Con. Celso Pedro da Silva, Subsecretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB); Dejandir Dalpasquale, Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), Ministério da Agricultura; Mohamed Larbi Messari, Embaixador de Sua Majestade o Rei do Marrocos.

São Paulo: Deputado Luiz Carlos Santos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado; Deputado Evandro Mesquita; 1.º Vice-Presidente da Assembleia; Deputado Nefi Tales; ex-Senador e professor Euzébio Rocha; Francisco Romeiro do Centro de Pastoral Vergueiro; Jurema Barreto de Souza do jornal literário alternativo "A Cigarra"; Edison Koudsi, Pirâmides Brasília S/A; Herbert J. Nogueira, da Companhia de Seguros do Estado (COESP); Presidente das Telecomunicações de São Paulo (TELESP).

Rio de Janeiro: Deputado Eduardo Chualy, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado; Deputado Messias Soares e famí-

lia; Deputado Willer Brilhante; Deputado Amadeu Rocha; José Miguel; Sebastião Miguel; Banca Nacional de Literatura Independente.

Minas Gerais: Deputado João Pedro Gustin, 2.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado; Deputado Felipe Néri e família, Líder do PMDB e da Maioria; Deputado Jacil Pereira, Gabinete do Vice-Líder do PMDB; Deputado Keneil Kumaira, Secretário Geral do PMDB; Deputado Otacílio Miranda, do Partido da Frente Liberal, Gabinete da Liderança da Minoria; Deputado Artur Fagundes, Líder do PDS; Deputado Domingos Lanna; Deputado José Honório; Deputado João Navarro; Deputado Jaime Martins; Deputado Mário Pacheco; Deputado Cyro Maciel; Deputado Agostinho Patrús; Deputado Marcílio Mendes.

Paraná: Deputado Orlando Pessuti e família; George Christofis, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e do Conselho Regional do SENAC-PR.

Santa Catarina: Mário e Edith Tessari; poeta Jurandir Schmidt.

Amazonas: Deputado Homero de Miranda Leão, 1.º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Sergipe: Pedro Geraldo dos Santos, Ilustrações Folclóricas; poeta Nivaldo Menezes.

Bahia: Deputado Carlos A. Marighella; Deputado Plínio Carneiro; Deputado Luís Eduardo Magalhães.

CONVITE

Convidamos para a palestra sobre "Oriente Médio — A Luta Anti-Imperialista", a ser proferida por Nilson Dalledone, no dia 25 de janeiro, às 16 horas, na sede do Partido Comunista Brasileiro Saúde/Vila Mariana à Av. Jabaquara, 777, conjunto 5.

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

Nilson Dalledone

DIRETORA RESPONSÁVEL

Solange D'Almeida Borges Dalledone

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Edmilson Costa - MTB 12.459

TRADUTOR

David S. Debs

REPÓRTER

Elana Silva de Souza

SECRETÁRIA

Elane Rodrigues de Freitas

COLABORADORES

Noirna Murad

Lahmeh Smali

AGÊNCIAS

Empresa Brasileira de Notícias (EBN),

International Press Agency (IPS),

Agência de Imprensa Nóvosti (APN),

Jamahiriya News Agency (JANA)

REDAÇÃO

Rua Carneiro da Cunha, 905 — Saúde

— São Paulo — SP — CEP 04144

Caixa Postal 9.029 — CEP 01051

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Empresa Gráfica Nippak S/A

R. da Glória, 326 — Liberdade — SP

CIA CONSPIRA CONTRA A LÍBIA



Num primeiro instante, a Tunísia se diz sob ameaça de invasão da Líbia, apesar dos desmentidos em contrário. Logo depois, o Egito mobiliza suas Forças Armadas sob o falso argumento de que um grupo de líbios fortemente armados, "surpreendidos" numa casa, preparavam uma operação para eliminar o ex-primeiro-ministro do deposto Rei Idris, Abdul Ramid Al-Bakouch, exilado no Egito. Na verdade era um grupo de famintos camponeses egípcios comprados pelo Serviço Secreto Egípcio para serem apresentados como líbios. No momento em que paira uma terrível ameaça sobre a Líbia, todos os países árabes, a URSS e todas as forças democráticas, populares e revolucionárias se colocaram ao lado da Líbia, isolando os Estados Unidos.

A administração dos EUA considera Muammar Al-Kadhafi como um de seus principais inimigos na África, porque a Líbia ajuda os Movimentos de Libertação Nacional, assim como aos países independentes, que se opõem firmemente à ingerência imperialista em seus assuntos internos, enfrentando as ações subversivas norte-americanas sem abrir mão de seus princípios. Exatamente por isso, como escreveu a revista norte-americana "Newsweek" em 3 de agosto de 1981, a CIA - Agência Central de Inteligência - planejou liquidar definitivamente o líder líbio.

A CIA encomendou o assassinato de Kadhafi ao seu agente E. Wilson. O plano foi preparado de acordo com as "melhores tradições" da central de espionagem norte-americana. Segundo a revista "The Washington Post", "pensou-se em assassinar Kadhafi, introduzindo em seu organismo um veneno mortífero, com a ajuda de um diminuto recipiente,

semelhante a uma mosca negra, muito comum na Líbia".

CIA FRACASSA

A "fuga" da informação e o aparecimento na imprensa internacional de artigos sobre o atentado impediram a realização do sinistro plano. Mas isto não significa que os EUA tenham desistido das ações terroristas contra a Líbia. A opinião pública norte-americana percebeu, através do informe publicado em 15 de maio de 1981 pelo Serviço de Investigação do Congresso, o crescimento da "oposição a Líbia" com o objetivo de aumentar e fortalecer a influência dos EUA na África. Os autores do informe revelaram os verdadeiros objetivos de Washington: contribuir para que os países da região, que têm interesses comuns com os EUA, aproveitem a Organização da Unidade Africana para conseguir o "consenso anti-líbio", aumentar a ajuda militar aos países da região; e garantir uma eficiente presença militar norte-americana na área para intimidar Kadhafi.

Ao discursar em julho de 1981 na Comissão para Relações Exteriores do Senado, Ch. Crocker, assistente do Secretário de Estado para Assuntos Africanos, declarou que os EUA estavam dispostos a ajudar qualquer país africano que se opusesse à "política de sabotagem e terrorismo da Líbia". Foi quando aumentaram a ajuda militar a Tunísia de 50 para 95 milhões de dólares e ao Sudão, então sob o regime de Numeiri, de 30 para 100 milhões. Em 19 de agosto do mesmo ano, dois aviões líbios, em voo de patrulha de rotina sobre o Golfo de Sidra, foram interceptados, metralhados e derrubados por caças norte-americanos, vindos de porta-aviões da VI Frota. O ataque, efetuado sem qualquer motivo, provocou indignação não só no mundo árabe, mas também na Europa Ocidental. A imprensa

progressista caracterizou esse ato como "pirataria" e como prova de que a administração norte-americana tinha planos de agressão contra a Líbia. Washington declarou oficialmente, com grande cinismo, que não se considerava "parte culpada", já avisando de forma ameaçadora que pretendia realizar outras ações terroristas.

Nos marcos deste plano de desestabilização, os EUA puseram em ação uma gigantesca campanha anti-líbia relacionada com o que ocorria no Chad. Como se sabe, a pedido do governo legítimo deste país, em dezembro de 1980, entraram no Chad unidades de tropas líbias. O então chefe de Estado, Goukouni Oueddei, solicitou ajuda na luta contra as forças reacionárias, que atuavam a partir do território do Sudão com o respaldo do Egito e dos EUA. Além disso, G. Oueddei declarou inúmeras vezes que as tropas líbias estavam em seu país de forma legal, respeitando integralmente a Carta da ONU - Organização das Nações Unidas - e que seriam retiradas imediatamente, caso o governo do Chad achasse necessário.

Entretanto, a administração dos EUA continuou afirmando com insistência, a despeito dos fatos, que a Líbia tinha intervenido "ilegalmente" e pretendia "anexar" o Chad, como parte de um império no norte da África. Representantes norte-americanos realizaram uma intensa campanha propagandística no interior da OUA, procurando "jogar" a maioria dos membros da organização contra a Líbia. Os EUA, desejavam frustrar a Assembléia prevista para 83 na capital Líbia.

Quando a OUA propôs substituir as tropas líbias no Chad por forças africanas para a manutenção da paz, os Estados Unidos declararam, a priori, que Kadhafi jamais aceitaria a proposta de retirada do Chad.

Washington se viu em maus lençóis, quando o governo líbio cumpriu totalmente a proposta da OUA e numa semana retirou suas tropas do Chad. Ao se verem nessa situação embaraçosa, os EUA começaram a procurar uma "má intenção" na retirada líbia.

Em dezembro de 1981, os serviços de Langley, local onde se encontra a sede da CIA, organizou a "fuga" de uma "informação absolutamente secreta" sobre a conspiração de Kadhafi para assassinar o presidente Reagan. Surgiram rumores absurdos no sentido de que tinham chegado aos EUA dois grupos de "assassinos a soldo", que estavam à caça do Presidente e de seus assistentes mais próximos. A televisão, o rádio e os jornais saborearam diariamente os detalhes da "conspi-

ração" inventada pela CIA. A propaganda anti-líbia nos EUA chegou ao seu apogeu. "Dava a impressão - escreveu o jornal "The Observer" - que o país se preparava para iniciar uma ação dramática, talvez para atacar militarmente a Líbia. As palavras dirigidas a Muammar Al-Kadhafi recordavam os ataques a Fidel Castro, quando Kennedy planejava a operação na Baía dos Porcos, em Cuba".

LÍBIA NÃO SE CURVA

Em dezembro de 1981 Kadhafi concedeu uma entrevista a um correspondente da rede de televisão ABC:

P - Você sabe muito bem o que estão dizendo sobre sua pessoa. O Governo afirma que tem provas de que você enviou aos EUA grupos especiais com a missão de assassinar o presidente Reagan e outros altos funcionários. Que pode dizer sobre isso?

R - A afirmação nos deixa assombrados... Somos contra assassinatos em geral! Este não é nosso estilo. É o estilo dos Estados Unidos.

P - Coronel Kadhafi, se as afirmações sobre a conspiração líbia não estão de acordo com a realidade, por que, na sua opinião, os Estados Unidos fazem tais acusações?

R - Nós não sabemos nos inclinar diante dos Estados Unidos, não queremos nos submeter a sua dominação, nem ser seus escravos. E os EUA querem obter para si o domínio do mundo inteiro, não existindo para esse país à não ser inimigos ou vassallos, e nós nos negamos a ser vassallos...

P - O antagonismo entre seu país e os Estados Unidos chegou a um nível de grande violência: aviões da VI Frota norte-americana derrubaram dois dos seus aviões. Sei que isto o indignou muito. Não deseja se vingar, tomando alguma medida?

R - Não se trata de vingança, mas de resistência à agressão. Sempre resistiremos às ações agressivas dos EUA. Estamos dispostos a combater em nosso território. A Líbia se levantará, sem medo, para rechazar uma agressão. Friso que não se trata de vingança, mas sim da defesa de nosso país, de nossa dignidade, de nossa terra.

Em continuidade à política de terrorismo de Estado praticada pelos Estados Unidos, a administração Reagan, entre tantas outras provocações, ameaças e atos de sabotagens, enviou à Líbia, em 1984, grupos de mercenários com o objetivo de desestabilizar o país e tentar agrupar em torno de si elementos sem princípio, com o fim de destruir a Revolução. Entretanto, o serviço de Inteligência dos EUA fracassou, não conseguindo cumprir as tarefas encomendadas.

Na atualidade, o povo líbio constrói aceleradamente uma sociedade moderna e eficiente, calcada nos mais recentes avanços da técnica e da ciência. Conta com o povo consciente, mobilizado e organizado, pronto para defender a pátria.

SÃO 50 MILHÕES DE BRASILEIROS ANALFABETOS



"Nós ainda temos, no Brasil, mais de 8 milhões de crianças fora da escola. Além disso, muitas não concluem a 1.ª série do 1.º grau, por carências sociais, por insuficiência pedagógica etc. Isso explica o fato de termos no Brasil aproximadamente 30 milhões de pessoas absolutamente analfabetas, ou perto de 50 milhões, se nós incluirmos aquelas que são semi-analfabetas ou analfabetas funcionais".

O 1.º Plano de Desenvolvimento da Nova República, na área de educação, possui três linhas de ação. Procura resgatar uma dívida que vem desde a primeira Carta Constitucional Brasileira, de 1824, no que diz respeito a universalização do ensino básico. Esse foi o ideal sempre perseguido no nosso País e ainda não alcançado. Nós ainda temos, no Brasil, mais de 8 milhões de crianças fora da escola. Além disso, muitas não concluem a 1ª série do 1.º grau, por carências sociais, por insuficiência pedagógica etc. Isso explica o fato de termos no Brasil aproximadamente 30 milhões de pessoas absolutamente analfabetas, ou perto de 50 milhões, se nós incluirmos aquelas que são semi-analfabetas ou analfabetas funcionais. O nosso grande desafio diz respeito à execução de um projeto que nós chamamos "Educação para Todos". Com ações articuladas entre estados e municípios, esperamos que todas as crianças tenham acesso à escola. Para este fim, o governo, independentemente de disponibilidade orçamentária, alocou recursos extraordinários através do programa "Produtividades Sociais" do governo e a proposta já está sendo executada em alguns estados.

ENSINO SUPERIOR

Nossa segunda prioridade diz respeito ao ensino superior. Sabemos que a universidade tem um papel importante a cumprir em qualquer país, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento como o nosso. O seu papel não é apenas o de formar quadros e habilitá-los para o exercício nas funções do mercado de trabalho, nem apenas desenvolver a pesquisa e a investigação científica, cumprindo o papel de articular-se com a realidade cultural no qual está inserida. Eu acho que o ensino, a pesquisa e a extensão são importantes, mas não significam tudo. Ao lado disso, precisamos também fazer com que a Universidade cumpra aquilo que eu chamaria uma tarefa extremamente

política, que é de ser um grande fórum de reflexão crítica dos nossos problemas, de fazer com que ela possa contribuir para o delineamento básico da nossa sociedade, fazendo com que o governo melhor direcione as suas ações. É neste sentido, que estamos executando um projeto chamado "Nova Universidade". Hoje temos mais de 80 universidades e mais de 800 cursos de ensino superior. Acreditamos que está na hora de fazermos um esforço no sentido de melhorar sua qualidade. Deste orçamento, mais de 40% serão destinados ao ensino superior. O problema da Universidade no País é extremamente grave. Eu diria que passa por uma das suas mais difíceis crises neste instante.

ÊNFASE A FORMAÇÃO TÉCNICA

A terceira e a última grande linha diz respeito ao nível técnico de ensino, que terminou abandonado, porque veio a reforma da lei de diretrizes básicas, a lei de 1971, a 5692, e ela estabeleceu que o ensino de 2.º grau deveria ser um ensino profissionalizante. Como as escolas não estavam equipadas para isso, o que aconteceu foi que não se ministrou um ensino profissionalizante. As escolas técnicas, agrotécnicas e técnicas industriais perderam um pouco de status na proporção em que elas foram colocadas, assim, numa espécie de vala comum. Nós queremos dar ênfase, agora, ao ensino técnico.

Nós temos um programa intitulado "Educação para o Trabalho" e que está sendo executado através de um comitê que congrega não somente o Ministério da Educação, do Trabalho, do Interior e do Planejamento, mas instituições não-governamentais. O nosso objetivo é fazer com que possamos formar os chamados técnicos de nível médio, melhorando o ensino de 2.º grau e permitindo o aparecimento de tecnólogos. Estamos revitalizando as chamadas escolas normais e os institutos de educação.

O governo da Nova República está operando uma verdadeira revolução porque, com a chamada emenda Calmon, nós passaremos a consagrar 13% dos recursos oriundos das receitas tributárias da União para a Educação. A partir de 1986, o orçamento do Ministério da Educação vai praticamente multiplicar por quatro. Em 85 o orçamento foi de 7 trilhões de cruzeiros e passou para 38 trilhões. É lógico que aí estão embutidos outros programas que o governo desenvolve nesta área. Esse dinheiro parece muito, mas ainda é pouco, se verificarmos as grandes exigências que temos a cumprir.

A gratificação de 80% que foi dada ao servidor da União Federal, no final do governo Figueiredo, não foi estendida aos professores universitários. Esta omissão foi extremamente esquisita, sobretudo quando se sabe que atingiu aos professores que têm nível universitário que, usualmente, dão aulas nas escolas de 2.º grau técnicas, agrotécnicas, e técnicas federais mantidas pela União nas diversas partes do País. Esta omissão foi realmente lamentável. Estamos conseguindo corrigir esta distorção com o aumento concedido no mês de julho, fazendo com que parte disso fosse recuperado através do estabelecimento de uma gratificação no valor de 20%. Nós já demos o primeiro passo e daremos outros para se elevar o salário do professor. Eu concordo com a opinião de que os professores brasileiros ganham mal. Estamos fazendo um grande esforço no Ministério da Educação para valorizar o salário do mestre e para valorizar o professor.

Há um problema muito sério no Brasil. Trata-se do número reduzido de escolas para atender a demanda. Nesta década observamos que o crescimento da oferta de matrículas foi inferior ao crescimento vegetativo da população. Isto significa que temos menos escolas, hoje, do que tínhamos no passado, ou seja, menos oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes. De modo ge-

ral, a qualidade do ensino no Brasil não é boa. A existência da escola não é uma garantia de que o aluno, de fato, esteja aprendendo aquilo que é lecionado. E isso se aplica tanto a rede pública quanto à rede privada. Num governo democrático, a participação deve ser a linha primeira de ação. Precisamos discutir o problema da educação em toda sua extensão, reunindo não somente professores e alunos, mas pais, especialistas, políticos, pensadores, lideranças comunitárias, sindicatos etc. Eu não acredito que consigamos executar nenhum programa, se ele não brotar de um desejo da comunidade, se ela não estiver conscientizada de que este é o caminho, de que esta é a saída.

O aluno quando chega no ensino básico, dificilmente tem acesso ao 2.º grau. E, a partir também de um 2.º grau que não é de qualidade, ele chega muito deficientemente formado na Universidade. Chega sem condições de participar do mercado de trabalho, porque não adquiriu habilitação profissional.

LIVRO DIDÁTICO

Sobre outra questão, que é a do livro didático, acabamos de iniciar a execução de um projeto extremamente importante. Através do decreto assinado pelo presidente José Sarney, ficou estabelecido que vamos iniciar amplo programa de apoio ao estudante pobre, fornecendo-lhe o livro didático. É nossa idéia, no próximo ano, entregarmos às crianças do País, matriculadas na rede pública ou em escolas comunitárias, aquelas sem fins lucrativos, 30 milhões de livros. Queremos também eliminar o livro descartável, aquele em que a criança realiza os exercícios e que, conseqüentemente, serve apenas ou pode ser utilizado, no máximo, em um ano letivo. Estamos fazendo uma ampla consulta a todos os professores para que eles apontem o livro que melhor lhes convém na sala de aula.

MARCO MACIEL
MINISTRO DA EDUCAÇÃO



"O governo da Nova República está operando uma verdadeira revolução porque, com a chamada emenda Calmon, nós passaremos a consagrar 13% dos recursos oriundos das receitas tributárias da União para a Educação. A partir de 1986, o orçamento do Ministério da Educação vai praticamente multiplicar por quatro. Em 85 o orçamento foi de 7 trilhões de cruzeiros e passou para 38 trilhões. É lógico que aí estão embutidos outros programas que o governo desenvolve nesta área".

EUA PRETENDEM INVADIR NICARÁGUA



A maior parte do povo nicaraguense está treinado e armado

No dia 1.º de maio de 1985, foi decretado o embargo comercial contra a Nicarágua. O presidente norte-americano, Ronald Reagan, demonstrou perante o mundo inteiro sua intenção de prosseguir na sua linha política de agressão contra este país. A medida foi a resposta da Casa Branca à decisão do Congresso dos EUA que, uma semana antes, negou os 14 milhões de dólares de ajuda adicional aos contra-revolucionários, organizados e treinados pela CIA. O embargo comercial representou uma advertência à Nicarágua e ao Congresso: o Presidente não desistiria do seu propósito de derrubar o governo sandinista.

Numa recente entrevista concedida à "Newsweek", um alto funcionário afirmou: "Estamos na defensiva e desta vez temos que formular uma política que obtenha o apoio do Congresso. Para o conseguirmos, temos que começar rapidamente e ir aumentando as pressões a ritmos que possam ser acompanhados pelos legisladores".

Para impor as sanções, o presidente Reagan teve que declarar uma "emergência nacional" e assegurar aos congressistas que as ações nicaraguenses constituem uma ameaça fora do comum e extraordinária para a segurança e para a política externa dos Estados Unidos. Os funcionários da Casa Branca disseram, imediatamente, que a declaração e o embargo não representavam passos condizentes a uma intervenção militar direta.

Contudo, num relatório secreto enviado ao Congresso, em abril deste ano, Reagan preveniu que, embora afastado de momento, se mantinha em aberto o uso direto da força pelos EUA. A versão do documento, revelado pelo "New York Times", frisa que

uma ação militar direta "deve reconhecer-se como opção eventual, dados os perigos com que deparamos na região, se não houver alternativas políticas".

Um dos objetivos de Reagan é usar a ajuda financeira para criar uma força de 25 a 35 mil homens com vista a "exercer uma pressão real sobre o governo da Nicarágua". No mesmo relatório se defende que uma "linha de contenção" é muito passiva e que "só a pressão direta pode suscitar uma mudança".

4 ANOS DE PRESSÕES

As pressões norte-americanas acentuaram-se a partir da chegada de Ronald Reagan ao poder em 1981. A Nicarágua foi acusada de enviar armas para os guerrilheiros salvadoreños e de desestabilizar os países vizinhos.

Em março deste ano, os Estados Unidos suspenderam os créditos para a Nicarágua adquirir trigo norte-americano, e em abril, cancelaram 15 milhões de dólares que faltavam entregar de acordo com um programa de ajuda de 75 milhões, autorizado pela administração Carter. Em setembro, a Agência para o Desenvolvimento Industrial revogou um crédito de 7 milhões de dólares e, dois meses mais tarde, o então secretário de Estado, Alexander Haig, declarou perante o Congresso norte-americano que não excluía a hipótese de um bloqueio econômico. Em novembro, Haig ordenou que o Pentágono estudasse opções militares para a Nicarágua. Reagan autorizou o começo da chamada "guerra encoberta" ao aprovar 19 milhões de dólares para organizar uma força de 500 homens com a missão de destruir fábricas, centrais elétricas, pontes e outros objetivos econômicos em território nicaraguense.

CRESCE O TERROR

Imediatamente, os bandos contra-revolucionários desencadearam uma campanha de terror contra a população civil, sob a direção e com assessoria da CIA. Em 82, um documento dessa agência de espionagem revelou um programa com vistas a derrubada do governo nicaraguense em fins de 83.

Perante os fracassos dos anti-sandinistas, a CIA intensificou a sua participação na agressão, usando os seus efetivos próprios e mercenários de alguns países latino-americanos para desencadear ataques aéreos e marítimos e para minar os portos da Nicarágua.

Em meados de 84, a campanha de terror anti-sandinista havia custado 2.311 vidas civis, 1.900 feridos e 3.700 desaparecidos ou seqüestrados pelos contra-revolucionários, cujas forças superam 100 mil homens, o que representa um dos maiores exércitos mercenários manipulados pela CIA. Quando, em setembro, o Congresso dos EUA se recusou a continuar a ajuda financeira oficial aos chamados "contras", a administração Reagan já tinha gasto entre 80 e 150 milhões de dólares nesta guerra, causando 237 milhões de dólares de perdas à economia nicaraguense, no espaço de poucos meses.

O Pentágono gastou mais de 250 milhões de dólares durante 84 em exercícios militares nas Honduras, onde se construíram doze instalações militares, calculando-se que outras tantas serão concluídas neste ano.

PRESSÕES INTERNACIONAIS

Medidas punitivas de natureza econômica acompanharam a campanha de terror. Em maio de 83, os EUA cortaram 90% das cotas de açúcar à Nicarágua e, em janeiro deste ano, a Casa Branca ameaçou o Banco de Desenvolvimento Interamericano, avisando que retiraria o seu apoio a essa organização, caso ela concedesse um crédito agrícola ao governo de Manágua.

Ao mesmo tempo, dão-se passos tendentes a sabotar o apoio internacional a este país, enquanto se bloqueiam os esforços que visam encontrar uma solução pacífica para o problema da região.

A Casa Branca sabotou entre 81 e 83 umas 17 iniciativas de paz propostas pelo governo sandinista e recebeu com hostilidade o início do processo de Contado-

ra empreendido em janeiro de 83 pelo México, Panamá, Venezuela e Colômbia.

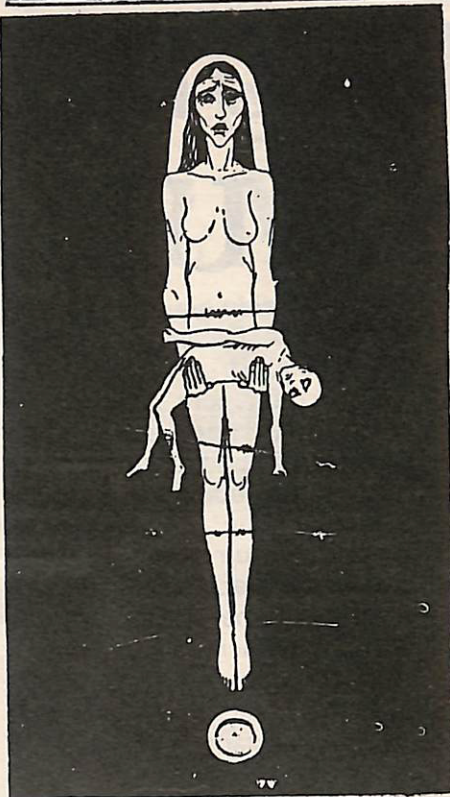
De acordo com o Congresso Norte-Americano para a América Latina (NACLA) só quando os países do Grupo de Contadora mostraram que estavam decididos a prosseguir com as suas iniciativas de paz é que os EUA assumiram uma atitude política de concordância e passaram a acompanhar o processo. O NACLA faz notar que Washington mudava constantemente as suas exigências, sempre que um acordo parecia eminente, e intensificava as suas agressões mal se vislumbrava um período de paz. As conclusões são confirmadas pelas palavras de um alto funcionário do Departamento de Estado: "os Estados Unidos continuarão a apoiar o Grupo de Contadora, enquanto tudo se mantiver como está".

OPÇÕES

Não há dúvida de que Reagan está profundamente desgostado com os fracassos que tem colhido junto ao Congresso no tocante à liberação de verbas para atuar livremente contra a Nicarágua. O secretário de Estado, George Shultz, previniu o Congresso de que se a ajuda aos "contras" não for aprovada, os Estados Unidos talvez se vejam forçados a envolver suas forças de combate na região. "Recusando a ajuda aos lutadores pela liberdade, ainda que na forma de assistência humanitária" — declarou Shultz — (os legisladores) "apressam a chegada do dia em que a ameaça se tornará muito maior e que teremos de enfrentar a angustiante alternativa de usar ou não as tropas de combate".

Entre estas medidas figuram o congelamento dos bens nicaraguenses nos Estados Unidos, assim como a restrição das viagens de norte-americanos à Nicarágua e do emprego de dinheiro dos EUA nesse país centro-americano. Além disso, poderão declarar a Nicarágua como país insolvente, se não satisfizer as dívidas, proibir o comércio entre filiais de empresas norte-americanas em terceiros países e Manágua e chegar mesmo à ruptura das relações diplomáticas.

Resta saber se a Casa Branca consegue o consenso necessário no Congresso a favor de sua estratégia, cujo objetivo essencial é derrubar o governo de Manágua, com o menor custo possível.



Eles caminham pelas ruas da antiga cidade árabe de Ramallah. Bonés na cabeça, armas na mão. Vão gritando: "Todos os árabes para o paredão!"

Estes são os militares da organização dos sionistas israelenses pró-fascista, "Gush — Emunim" (União dos Fiéis). Sua fé é criar o "Grande Israel" sobre os ossos dos árabes, estender o domínio do império sionista a todo o Oriente Médio e Próximo. Estes são seus objetivos.

Estes objetivos são confirmados pelos fatos: foram anexados Jerusalém Oriental e os Montes Gólan; o surgimento de povoados militarizados dos ocupantes afetou também outros territórios árabes, tomados em 1967 — a margem ocidental do rio Jordão e a faixa de Gaza. Nestes territórios, vivem 1.300.000 árabes palestinos. Em 139 povoados militarizados residem 35 mil colonizadores sionistas. Para eles já foi confiscada um terço de todas as terras cultiváveis. O plano de colonização da margem ocidental do rio Jordão prevê aumentar em quatro vezes o número de judeus chegando, então, a mais de 100 mil ocupantes.

A política de anexação rasteira nas terras árabes ocupadas da Palestina foi condenada seguidamente pela ONU — Organização das Nações Unidas — e por toda a opinião pública progressista e, inclusive, por alguns setores da população israelense.

O atual movimento popular de resistência na margem ocidental do Rio Jordão comprova que os árabes palestinos estão decididos a redobrar seus esforços na luta contra os invasores. No período 1967/82 os verdugos israelenses mataram, nos territórios ocupados da Palestina, mais de três mil patriotas. Um de cada dois árabes já passou pelos calabouços israelenses.

ISRAEL PREPARA MAIS AGRESSÕES

RAÇA PURA

Na imprensa mundial já se escreveu muito sobre o trágico destino deste povo. Mas existe um aspecto do problema, que geralmente é esquecido pelos comentaristas, que vêm na política de Tel-Aviv só uma continuação da estratégia que busca criar um Estado sionista de "raça pura". As características da realidade política, econômica e social do Estado israelense mostram que por trás do desterro dos palestinos se ocultam outros planos ainda mais perigosos da elite governante e de todo o sionismo internacional.

Os povoados militarizados nos territórios árabes ocupados, tal como consta dos planos sionistas, serão utilizados como praça de armas para futuras agressões contra os Estados árabes vizinhos. Em segundo lugar — e isto é o principal — os povoados dos colonizadores devem ser transformados na base do sistema de "uma nova ordem" nas terras da Palestina, cujo processo de assimilação, na opinião dos líderes sionistas, já adquiriu um caráter irreversível.

Na primeira etapa desta assimilação, colocou-se a tarefa de despovoar a Palestina. Os sionistas — agentes da grande burguesia judia e do imperialismo — se empenhavam em desterrar do país a maior parte possível da população autóctone e apropriar-se de suas plantações e de seu gado, assim como de seus imóveis.

Exatamente com esse objetivo, Begin e seus seguidores já em 1947/48 exterminavam os habitantes da aldeia de Deir Yassin e de dezenas de outros povoados árabes.

A brutal política fascista e racista deu seus frutos: naqueles anos, cerca de 1 milhão de palestinos foram obrigados a abandonar sua pátria. Depois da proclamação de Israel como Estado, em 1948, foram destruídos mais de 400 povoados árabes.

SEFARDIES SUSTARAM IMIGRAÇÃO

O sionismo planejava utilizar como mão-de-obra a centenas de milhares de seus compatriotas negros, imigrantes dos países da Ásia e África, denominados "sefardies". Assim foi nos primeiros dois decênios da existência de Israel. Mas a situação mudou e a política racista aplicada tanto contra os árabes como contra os

"sefardies" abriu os olhos de milhões de pessoas. Esta imigração praticamente cessou. Mais do que isso, milhares de judeus da Índia, do Paquistão e de outras regiões orientais abandonaram Israel, "a terra prometida", fugindo do paraíso sionista.

Enquanto isso, se necessitava cada vez mais de mão-de-obra nos campos dos latifundiários, nas construções e nas fábricas militares do agressor. Por isso, nos anos 70, as autoridades de Tel-Aviv passaram a criar, segundo o exemplo da África do Sul, uma espécie de "bantustões" árabes, transformaram os territórios ocupados numa fonte de força de trabalho barata, de matérias-primas agrícolas e num mercado de venda de mercadorias israelenses. Começou a segunda etapa de colonização das terras árabes. Em 1967-75, na faixa de Gaza e na margem ocidental do Jordão, se procedeu a uma reorientação da agricultura: de cultivos tradicionais (frutas, cereais e legumes) passou-se a buscar a satisfação das necessidades da indústria israelense. Os invasores arrasavam, usando tratores, os olivais e cortavam as laranjeiras.

TERROR E VIOLÊNCIA

A ocupação israelense e a polí-

tica da "integração econômica" impossibilita a industrialização das terras árabes invadidas: 90% das empresas nestas regiões continuam sendo pequenas oficinas.

De modo semelhante aos fascistas hitlerianos e aos racistas sul-africanos, os governantes de Tel-Aviv procuram consolidar a exploração econômica e liquidar a cultura nacional palestina por meio das armas. Justamente a isso se reduzem todas as orientações dos partidos sionistas, seja do bloco "Likud", seja do bloco "Maarach".

O terror, a violência, o desterro forçado de dezenas de milhares de "rebeldes" são os métodos implantados pelos ocupantes em toda a Palestina e nos territórios usurpados aos países árabes vizinhos.

Mas todas as tentativas dos sionistas de criar um sistema neocolonial se chocam com o desejo dos palestinos de se livrarem do domínio estrangeiro e constituir seu próprio Estado independente. E este objetivo, mais cedo ou mais tarde será alcançado e, para isto, o povo palestino conta com o apoio de todas as forças democráticas, populares e progressistas do mundo.



Mulheres e crianças palestinas expulsas da Faixa de Gaza aguardam sobre a ponte Hussein



"SIONISMO: O TERRORISMO DE MÃO CHEIA"

CRIMES DO APARTHEID E DO SIONISMO PRATICADOS CONTRA A HUMANIDADE

- | | |
|---|--------------------------------------|
| 1948 — Instauração da lei do "apartheid" | 1947 — Partilha da Palestina |
| 1949 — Proibição dos casamentos inter-raciais | 1948 — Criação do "Estado de Israel" |
| 1950 — Separação física de brancos, negros, mestiços e indianos | 1953 — Massacre de Qibiya |
| 1953 — "Apartheid" obrigatório nos lugares públicos | 1954 — Massacre de Nahalin |
| 1953 — Brancos controlam educação dos negros | 1955 — Massacre de Khan Yunis |
| 1959 — Criação do mais potente exército da África | 1955 — Massacre de Al-Buteiha |
| 1977 — Embargo de armas decretado pela ONU. Israel não obedece | 1956 — Massacre de Qalqiliya |
| | 1956 — Massacre de Kafer Qasem |
| | 1962 — Massacre de Al-Tawafiq |
| | 1966 — Massacre de Sammu |
| | 1968 — Massacre de Karaman |
| | 1968 — Massacre de Irbed |
| | 1968 — Massacre de Salt |
| | 1982 — Massacre de Sabra e Chatila |

SOVIÉTICOS RECHAÇAM ISRAELIENSES

Kuwait, (QNA) — A União Soviética rechaçou um pedido de David Kahmi, diretor do Ministério do Exterior israelense para uma visita oficial a Moscou com o propósito de se discutir o reatamento das relações diplomáticas, rompidas pelos soviéticos após a agressão israelense de 1967. O diário Kuwaitiano "Al Rae Al Aam" diz que o governo israelense esperava que a visita fosse aprovada, atribuindo-lhe grande importância, mas que a União Soviética declarou que não tinha possibilidade de discutir nada com Kahmi, sendo a posição soviética bem conhecida pelos israelenses. A União Soviética exige que Israel se retire dos territórios árabes ocupados, inclusive de Jerusalém, das Colinas de Golán e, ainda, o reconhecimento do direito do povo palestino à sua autodeterminação.

REBELIÃO PALESTINA NA CISJORDÂNIA

Na cidade de Qalqiliya, na Cisjordânia ocupada, os sionistas israelenses tiveram sérios problemas. Ao tentarem se apropriar de terras pertencentes aos palestinos, provocaram uma rebelião, contida exclusivamente pela força das armas. Os camponeses e outros trabalhadores palestinos defenderam heroicamente suas terras, mas no final das contas, a superioridade militar se impôs à coragem e à combatividade palestina. Entretanto, é uma clara amostra do que ainda está por vir.

SUSPENSO BOICOTE CONTRA COMPANHIAS

Doha, (QNA) — O Escritório de Boicote a Israel decidiu suspender a medida imposta a uma série de companhias es-

trangeiras e reiniciar operações comerciais com estas, depois que tais empresas se adequaram às normas previstas pelo Buro de Boicote.

Entre as companhias retiradas da lista de boicote figuram a Colgate-Palmolive, fabricante de dentifrícios, cremes, cosméticos, produtos químicos e alimentos de vários tipos.

A outra companhia excluída do boicote é a firma alemã Agfa Gevaert N. V. Mostel e todas as suas sucursais, produtora de câmaras, elementos para fotografia, equipamentos têxteis, instrumental médico e peças de reposição.

CRESCCE ROUBO DE TERRAS E A REPRESSÃO

Aman, (JANA) — As forças de ocupação israelenses continuam sua campanha de repressão contra os cidadãos palestinos nos territórios ocupados. Diversos terrenos foram confiscados e muitos árabes foram forçados a emigrar. Foram criados novos pontos de controle, barricadas e patrulhas israelenses vigiam constantemente as localidades da Cisjordânia em resposta ao aumento das operações da Resistência contra as forças israelenses.

"Nesta data, 17 de setembro, reverenciamos a memória de milhares de pessoas que foram chacinadas pela violência brutal do sionismo e do imperialismo.

Assim, jamais poderíamos deixar passar em branco esta data, pois exatamente no dia de hoje comemora-se três anos da tragédia no sul do Líbano, quando mais de 3500 pessoas foram assassinadas nos campos de Sabra e Chatila.

Somando-se todas as categorias, chega-se assim, conforme os dados, a 3.000 vítimas; 3.000 a 3.500 homens, mulheres e crianças assassinados em cerca de 40 horas, nos dias 16 a 18 de setembro de 1982, entre uma população que contava 20.000 pessoas nos dois acampamentos, à véspera do massacre. Dos 302 corpos inicialmente identificados pelas autoridades, 136 eram libaneses. Calcula-se que cerca de um quarto das vítimas eram libanesas, e todas as outras palestinas.

Na noite de quinta-feira, os israelitas cercaram o acampamento e o iluminaram, enquanto os falangistas o invadiram. Estes obrigaram a um grupo de palestinos a subir num caminhão de

SÍRIA REPELE ATAQUE AÉREO

Beirute, (JANA) — Aviões de guerra israelenses bombardearam bases palestinas no vale do Bekaa, no norte do Líbano. A ação ocorreu a 5 Km da fronteira da Síria. Um porta-voz militar sírio disse que baterias anti-aéreas sírias repeliram um ataque de 4 aviões israelenses no leste libanês.

5 MILHÕES DE JUDEUS ATÉ O ANO 2.000

Túnis, (QNA) — A partir da guerra de 1967, as autoridades de ocupação israelenses organizaram 200 colônias na Cisjordânia e Faixa de Gaza, além de outras 756 nos territórios controlados pelos sionistas antes de 67. Um estudo preparado pela delegação palestina que participou da Conferência de Ministros Árabes da Construção, disseram que os israelenses confiscaram 42% das terras da Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 67 e 82, segundo um programa de instalação de 5 milhões de pessoas nos territórios ocupados até o ano 2.000. O estudo também indica que as colônias criadas pelos sionistas são 151 na Cisjordânia, 13 em Gaza, 16 nas fronteiras, antes de 67, e 35 em Golán.

carga. Dois jovens, que resistiram, foram fuzilados ali mesmo. Ninguém conhece o destino dos palestinos que subiram no caminhão.

O sobrevivente Yahia Hassan Salame, 57 anos, relatou: "Chegaram em 30 caminhões. No começo matavam a punhaladas para não fazer barulho. Os assassinos a faca e a degola começaram na quinta-feira. Mais tarde, franco-atiradores tomaram posição nas ruas de Chatila. Quem cruzava a rua, morria".

Quero também registrar aqui o nosso profundo pesar e a nossa solidariedade ao povo palestino, que vem nessa trajetória de luta contra o imperialismo e contra o sionismo, que usam de todos os meios ao seu alcance para massacrar o povo palestino.

Para completar, queria solicitar que fosse observado um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do brutal massacre de Chatila, ocorrido três anos atrás".

De pé, a casa presta um minuto de silêncio.

Vereador Joaquim de Moraes

— Partido dos Trabalhadores — São Caetano do Sul — São Paulo.

EGITO É DOMINADO POR



Após a morte de Gamal Abdel Nasser a miséria tomou conta do Egito

Entre as causas da crise econômica prolongada na qual se arrasta o Egito, está a política de "portas abertas" iniciada na época de Sadat e cujo principal beneficiário são os Estados Unidos.

"Os norte-americanos em nossos quartos", foi o título dado ironicamente a uma matéria por "Al-Shaab", interpretando o mal-estar causado pela ingerência dos EUA nos assuntos do país, nas áreas mais íntimas, inclusive. A intromissão é justificada e mascarada com o argumento da "ajuda econômica", expressa em números impressionantes. O Egito, juntamente com Israel, é o país que mais recebe subvenções dos EUA, cerca de 1 bilhão de dólares por ano.

POVO EGÍPCIO ESTÁ DESCONTENTE

Mas o povo egípcio olha com cautela e desagrado esse "apoio". A experiência internacional demonstra que a ajuda econômica estrangeira a qualquer país não tem relação direta com sua magnitude. Depende mais de sua aplicação e de sua incidência nas principais tarefas econômicas do país que a recebe. Para o Egito estas tarefas implicam atualmente, segundo o presidente Mubarak, em seu discurso pelo aniversário da Revolução de 23 de julho de 1952, em ampliar a produção nacional e reduzir gradualmente as importações. A análise, entretanto, do uso que se faz da "ajuda" norte-americana mostra que a realidade é outra. Ao invés de contribuir para atingir esses objetivos, muitas vezes esse apoio cria toda sorte de obstáculos para atingí-los.

Segundo dados oficiais, mais da metade destas subvenções se compõem de produtos enviados, isto é, venda de excedentes de alimentos e de outros bens. São

especialmente onerosos os créditos militares concedidos nos últimos tempos a 13% de juros. As importações procedentes dos EUA são 5 vezes maiores que a exportação em sentido contrário — 2.875 e 547 milhões de dólares, respectivamente, em 82. O aspecto negativo desta relação se agrava, porque 90% da exportação do Egito aos EUA corresponde a petróleo cru, enquanto os produtos acabados representam menos de 2%.

CRESCE DÉFICIT COMERCIAL

Essas relações econômicas "assimétricas" levaram ao aumento catastrófico do déficit comercial e ao terrível endividamento. Em 73, às vésperas do grande aumento das relações econômicas com os Estados Unidos, o déficit da balança comercial chegava a 83,1 milhões de libras egípcias. No ano seguinte, esse valor foi triplicado. Em 84 ultrapassou 4 bilhões de dólares. No mesmo período, a dívida externa foi multiplicada por mais de 10 vezes, com a particularidade de que aproximadamente 36% desta dívida é com os Estados Unidos. Incluindo-se as dívidas com instituições financeiras internacionais controladas pelos norte-americanos, esse valor sobe para 50%. Tudo isto complica consideravelmente a situação econômica do país, agravando a inflação e provocando o aumento de preços.

O serviço da dívida é uma carga pesada para a economia. Em março de 85, numa entrevista a "Newsweek", Mubarak disse que o Egito recebia 815 milhões de dólares como ajuda econômica dos EUA, e lhe devolvia 500 milhões em forma de juros sobre os créditos militares. Se somarmos a esse valor os pagamentos correntes, incluindo-se a amortização do principal, conclui-se que o financiamento da dívida absorve a maior parte da ajuda econômica. Estranha e penosa esta situação!

SÓ PREJUÍZO

Existem casos em que um país necessita fazer grande empréstimo para consolidar sua economia, instalando rapidamente novas capacidades produtivas na esperança de, ao entrarem em funcionamento, possibilitarem saldar os créditos estrangeiros. Mas isto não ocorre com a dívida externa do Egito que o FMI — Fundo Monetário Internacional — calcula ser de mais de 30 bilhões de dólares. "Estes bilhões não acrescentaram nada a nossa base in-

dustrial que corresponda a tão fabulosa soma", declara o conhecido semanário econômico "Al-Ahram Al-Iktisadia". Para o desenvolvimento da indústria e da agricultura, isto é, para resolver a principal tarefa econômica, não se destina nem 20% da "ajuda". Entre a "destinação" e o "recebimento" de recursos existe um terreno cheio de obstáculos e condicionamentos. A revista "Akher Saa" publicou em 1982 dados gerais sobre a ajuda econômica dos Estados Unidos ao Egito num período de sete anos. Somente havia sido utilizado 60% dos recursos aprovados. É sintomático que 90% dos fundos não-aproveitados se destinavam ao desenvolvimento da produção.

TRABALHADORES GANHAM MENOS

E isso não é tudo. A eficiência da ajuda é prejudicada também pelo alto custo dos serviços de "experts" e assessores norte-americanos que gozam de uma situação privilegiada. Em média, 40% das verbas retornam aos EUA em forma de pagamento a estes especialistas, que ganham muito mais que seus colegas egípcios e que seus compatriotas norte-americanos. O semanário "Al-Ahram Al-Iktisadia" disse que um especialista estadunidense, que em seu país teria um salário de 3.000 dólares, cobra 12.000 no Egito e, se ganha 12.000 em sua casa, o Egito paga 30.000 dólares mensais. Todos os projetos técnicos incluem o fornecimento de equipamentos norte-americanos a custos superiores ao mercado. Isto também diminui a eficiência das inversões.

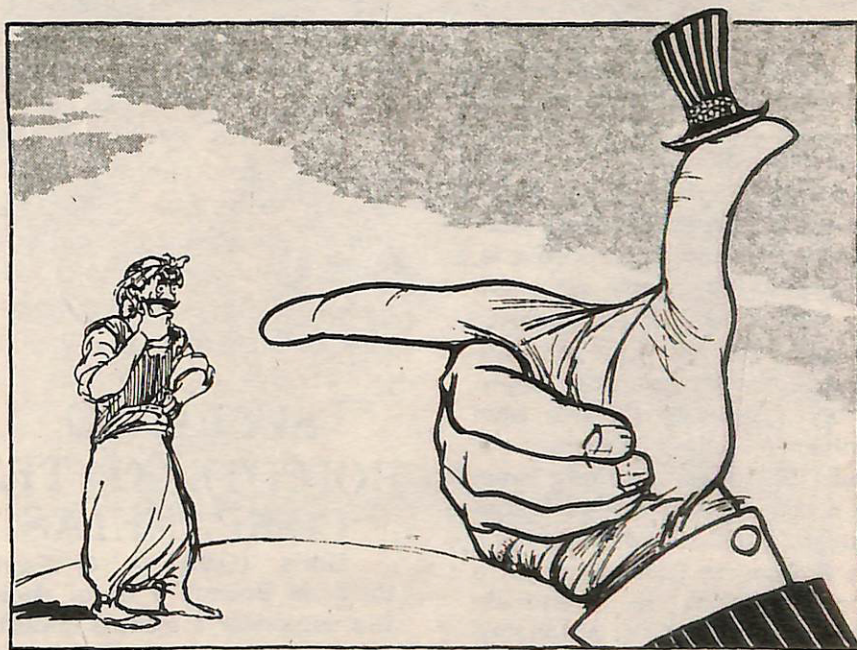
O presidente Mubarak reivindi-

cou reiteradamente em suas viagens aos Estados Unidos, a revisão dos termos da "cooperação" entre este país e o Egito. Mas sem resultados. Basta dizer que a soma dos recursos não-utilizados reduziu-se de 2.800 milhões de dólares em 82 para 2.400 em 85. Washington prefere manter sob seu controle total os recursos não-utilizados. O presidente Reagan revelou há pouco o objetivo desta política: "Ajudando nossos aliados e amigos... apoiamos diretamente os interesses e objetivos dos Estados Unidos. Nossos programas de ajuda estrangeira, ainda que aparente o contrário, atendem a nossos interesses nacionais".

RETORNO AO PASSADO

O exemplo mais patente de como Washington impõe suas ordens ao Cairo está no acordo de 83 sobre o fomento e a proteção de inversões, qualificado por economistas e juristas egípcios como "retorno aos tempos das concessões estrangeiras". O Egito deveria dar aos investidores norte-americanos as mesmas facilidades que dá ao setor público, concedendo-lhe, de fato, plena liberdade na preparação de projetos, reconhecendo a jurisdição da arbitragem internacional nas diferenças entre investidores e autoridades locais. A Assembléia Nacional do Egito negou-se a ratificar o acordo por considerá-lo francamente desigual, mas Washington continua exercendo pressão para se revisar a decisão parlamentar.

As pressões não se limitam a política econômica. Muitas vezes no momento de fixar o volume e os termos da ajuda, os Estados Unidos tentaram modificar a política exterior do Egito, especial-



Egito: Vale a pena seguir más "orientações"? Desenho do "Al-Ahram Al-Iktisadia" (RAE)

WASHINGTON E TEL-AVIV

mente com a URSS e com Israel, obrigando-o a introduzir em seu território bases militares da OTAN, entre outras coisas.

Stone, antigo responsável pelo programa de "ajuda" norte-americana ao Egito, declarou ao semanário "Al-Mussawar" que esse "apoio" perseguia "um objetivo político: garantir a participação do Egito na construção da paz no Oriente Próximo. Quando o presidente Sadat foi a Jerusalém e o Egito se afastou do bloco oriental e da URSS, voltando-se para o Ocidente, os Estados Unidos decidiram aprofundar essa "virada".

AJUDA ECONÔMICA É INSTRUMENTO POLÍTICO

Em outras palavras, a ajuda econômica é para Washington um meio para garantir o apoio do Egito à sua política no Oriente Próximo. Mas, para evitar futuros problemas, esta ajuda deve acentuar as dificuldades econômicas do Egito, reduzindo a possibilidade de manter uma política independente.

Esta tática ficou ainda mais evidente, quando um egípcio, encarregado do aperfeiçoamento de especialistas sob assistência dos

norte-americanos, explicou ao "Al-Mussawar" que "o programa é confeccionado nos EUA e está adaptado ao que eles querem e não aos nossos desejos. Seus objetivos têm pouco a ver com o desenvolvimento, sendo principalmente políticos".

OS EIXOS DE PRESSÃO

As tentativas de utilizar as conversações sobre a "ajuda" para obter concessões na política econômica do Egito mostram isso claramente. No emaranhado de formas, métodos e eixos de pressão, não é difícil rastrear uma linha nítida: ofensiva contra o setor público, aumento de preços, anulação das subvenções aos artigos de primeira necessidade, ampliação dos direitos do setor privado, liberdade de ação para o capital estrangeiro. Em síntese, medidas que buscam liquidar as transformações revolucionárias dos tempos do grande líder árabe Gamal Abdel Nasser.

A política dos Estados Unidos no Egito é a manifestação típica da estratégia imperialista geral em relação aos países em desenvolvimento. O seu objetivo é aprisioná-los ao sistema capitalista por todos os meios, econômicos e militares, com ameaças e intimidações, dadas e subornos. Muitos já estão enforcados com a

corda da dívida externa, que cada vez mais vai sendo apertada. O objetivo é obrigar aos Estados jovens a seguirem sua política dentro de casa.

ESCÂNDALOS SE SUCEDEM

A expansão dos vínculos econômicos com os EUA dá origem à inúmeros processos colaterais no Egito. Há uma sucessão de escândalos, envolvendo industriais e políticos egípcios em negócios sujos, incluindo infração das leis, corrupção e importação de produtos defeituosos. "Al-Shaab" demonstrava indignação pelo fato da classe alta "aceitar com alegria tudo que vem do Ocidente, desde frangos podres até moral e relações corrompidas". No Egito cresce a oposição contra as relações demasiado íntimas com Washington, chegando ao aberto

anti-americanismo", frisava o "Washington Post" em janeiro de 85. Como uma das causas dessa oposição, o articulista citava "o mal-estar que sentem os intelectuais, porque seu orgulhoso país depende cada dia mais dos EUA".

Mas, no Egito, são muito influentes os setores que desejam manter uma linha política voltada para Washington e que refletem, principalmente, os interesses da burguesia parasita, a antiga clientela de Sadat e outras camadas de exploradores que se enriqueceram com a especulação. O "choque" entre as duas tendências condicionará a futura política do Cairo. Nesse embate se decide se o novo governo conseguirá, pelo menos, afrouxar os nós que prendem a economia e a política do Egito ao neocolonialismo norte-americano.



A H
MABS
Clube 28 de
Setembro

"Deus considerará o assassinato de Sadat uma proeza" — disse um dos acusados de matar o líder do povo árabe-egípcio

SÍRIA E IRAQUE TENTAM DIÁLOGO

Dubai, (QNA) — O presidente iraquiano, Saddam Hussein, aceitou que a Jordânia assumia um papel mediador entre seu país e a Síria para que se resolvessem as diferenças entre os dois países. O diário "Al Bayan" disse que o assunto foi discutido durante a recente visita do Rei Hussein da Jordânia ao Iraque. O diário escreveu também que o presidente egípcio, Hosni Mubarak, propôs que ambos viajassem juntos a Síria para reunirem-se com o presidente Hafez Assad. Hussein pediu-lhe que esperasse um pouco até criar-se um diálogo preparatório entre o Egito e a Síria.

Citando fontes jordanianas, o diário frisou que o Rei Hussein pediu a Yasser Arafat garantias claras para que se evitem situações similares as que determinaram o cancelamento da reunião entre a delegação mista jordaniano-palestina e o secretário de relações exteriores britânico, Geoffrey Howe.

TUNÍSIA FAZ ACORDO

Túnis, (QNA) — O primeiro-ministro da Tunísia, Mohamed Mzali e o vice-primeiro-ministro da República Popular da China, Tian Jiyun, iniciaram uma série de conversações para avaliar o progresso do intercâmbio bilateral nos setores de transporte marítimo, saúde, comércio e relações entre a juventude dos dois países. As duas partes se declararam satisfeitas pelo desenvolvimento das relações bilaterais e reafirmaram seu interesse pelo fortalecimento do comércio existente principalmente de produtos como o trigo, algodão e fertilizantes químicos.

EMIRADOS AMPLIAM PLANTIO

Cidade Zayed, (WAN) — Segundo um comunicado do Departamento de Agricultura e Pecuária da Região Ocidental dos Emirados Árabes, mais de 3 mil palmeiras foram plantadas em 60 prédios no deserto e na zona fronteira ocidental. Os prédios, localizados entre 50 e 300 Km da

estrada principal, estão ligados por caminhos especiais providos de poços artesanais e tanques com capacidade para 2.000 litros de água para o gado. Diz o comunicado que o Departamento — que iniciou suas atividades em 1977 — está abastecendo os colonos com inseticidas e equipamentos para melhorarem suas colheitas. O Departamento tem 2 clínicas veterinárias na Cidade Zayed e em Ghayathi.

SUDANESES EXIGEM EXTRADIÇÃO DE NUMEIRI

Kartum, (QNA) — Uma delegação da Associação de Advogados Sudanese viajou ao Cairo para exigir a extradição do ex-presidente Gaafar Numeiri.

No Cairo, a delegação sudanesa se reuniu com representantes do sindicato de advogados egípcios para coordenarem suas ações e demonstrar a ilegalidade de se conceder asilo político a Numeiri, declarou ao diário "Al Ayam" o presidente do Sindicato Merghani Al Nasri.



BANCO ISLÂMICO AJUDA MARROCOS

Jeddah, (QNA) — O Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID) firmou um convênio com o Marrocos para financiar a compra de petróleo no valor de 20 milhões de dólares.

O diretor do BID, Mohamed Ali, e o embaixador marroquino, Zain Al Abideen, assinaram o convênio.

FALTA FISCALIZAÇÃO

Ceará (EBN) — Os altos índices de intoxicação por alimentos no Brasil decorrem da falta de uma fiscalização efetiva e responsável, afirmou o médico mineiro José Américo de Campos.

ESCRAVOS NO BRASIL

Mato Grosso (EBN) — Denúncias de ocorrência de trabalho escravo na abertura de frentes de serviço na região Mato-Grossense têm chegado com mais intensidade à sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura deste Estado (FETAGRI). O presidente da entidade, Edvaldo José da Silva, em contato com a nova direção da Delegacia Regional do Trabalho, busca uma forma mais ágil de fiscalização desse tipo de irregularidade, para se flagrar o trabalho escravo no momento em que ele está ocorrendo. Acrescentou que as denúncias têm chegado através de peões ou sindicatos rurais filiados a FETAGRI, numa média de 10 a 20 por mês.

DESFALQUE EM MADRID

Brasília (EBN) — Foi confirmado desfalque de 3 milhões de dólares na Agência do Banco do Brasil em Madrid. O chefe do Departamento Estrangeiro do Banco confessou ter enviado o dinheiro em cumplicidade com um funcionário da Caixa Rural da Instituição.

MERCENÁRIOS TENTAM IMPEDIR UNIDADE

Harare, (IPS) — Um porta-voz da União Comercial de Agricultores informou que Jack Ellers, sua esposa Joy e o empregado da fazenda em que viviam, Jonatham Ndlovu foram mortos a sangue frio.

O ataque aconteceu em Nyamandhlovu, 40 km a noroeste de Bulawayo, capital da província de Matabeleland. Estes assassinatos elevam a 10 o número de pessoas mortas pelos dissidentes na província só em uma semana.

As autoridades consideram que os autores destes assassinatos pertencem a um bando de dissidentes, que apesar de se declararem membros da União do Povo Africano do Zimbábue — ZAPU — o que a organização nega — seriam elementos ligados à África do Sul.

Circulam rumores de que o regime racista sul-africano estaria por trás desses atentados, sendo seu objetivo impedir uma solução política dos problemas do país. Estes fatos ocorrem justamente quando a ZAPU e a União Nacional Africana do Zimbábue —



FERROVIA NACIONAL AMEAÇADA

São Paulo (EBN) — O principal problema enfrentado hoje pela Indústria Ferroviária Brasileira é sua pouca ocupação. O índice de ociosidade do setor, tanto no que diz respeito às locomotivas, a fabricação de carros de passageiros ou, ainda, aos vagões está próximo de 80%, significando que essa indústria trabalha atualmente com uma ocupação entre 15 e 20% de sua capacidade instalada. Esses dados constam no Plano de Sobrevivência da Indústria de Equipamentos Ferroviários já entregue ao ministro dos transportes, Affonso Camargo.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (ABIFER), Eduardo Luis Pinto e Silva, o setor precisa de encomendas anuais mínimas equivalentes a um terço de sua

capacidade instalada para poder sobreviver. A capacidade anual têm sido de 800 carros de passageiros, 330 locomotivas e 9000 vagões.

Quanto à produção do ano passado, ele informou que chegou a menos de 49% em vagões de cargas, 30% em carros de passageiros para subúrbios e metrô, e mais 17% em locomotivas comparando-se com a produção de 84. Esses percentuais foram os mais baixos dos últimos 15 anos, para vagões, equivalentes a níveis de 77 para carros e da década de 60 para locomotivas. Ele assegurou, no entanto, que o segmento de componentes está sentindo uma reação significativa em função das exportações e das encomendas do mercado interno entregues até o fim do ano passado.

ZANU — estão próximas de chegarem a um acordo de fusão, após anos de hostilidades e combates políticos entre os dois grupos.

MOBUTU APRESENTA PROPOSTA RACISTA

Kinshasa, (JANA) — A Frente de Libertação do Congo rejeitou a proposta do presidente Mobutu sobre a criação de uma liga especial para os Estados africanos negros. A proposta de Mobutu contradiz os princípios da carta da Organização para a Unidade Africana — OUA cujo objetivo é a coesão de todos os Estados africanos em todos os setores.

3 FUNCIONÁRIOS DOS EMIRADOS RECEBEM MEDALHAS

Abu Dhabi, (WAM) — Três funcionários dos Emirados Árabes Unidos — EAU — receberam medalhas das Nações Unidas pelo apoio às atividades das Agências Internacionais no país.

O prêmio, que é parte das celebrações do 40.º Aniversário da Organização, foi outorgado a Ahmed Khalifa Al Suewidi,

representante do presidente, a Saeed Ghubash, presidente do Fundo Monetário Árabe e ex-ministro de Planificação, e a Yagoub Al Kindi, diretor do Departamento de Assuntos Políticos do Ministério do Exterior.

Sabh Hashim Allawi, representante no Golfo Pérsico da Fundação das Nações Unidas para a Infância — UNICEF — expressou seu agradecimento e apreço aos Emirados Árabes pelo real e positivo apoio às agências especiais da ONU e a seus organismos.

MITERRAND NÃO CUMPRE PROMESSAS DE 81

Em Nova Caledônia, na Oceania, e em Guadalupe, no Caribe, prossegue a luta pela independência nacional dos povos que habitam esses territórios contra o colonialismo francês. O lamentável é que em 1981, portanto, antes do Partido Socialista Francês chegar ao poder, François Mitterrand prometeu que colocaria fim ao colonialismo. O mesmo ocorre em relação a Ilha de Moorea, no Oceano Pacífico, e a Ilha de Coro, no Atlântico. Promessas, promessas...

MISÉRIA NO ACRE

Rio Branco (EBN) — Xapuri é o município que mais tem sofrido com o desmatamento e a concentração da propriedade da terra nas mãos de latifundiários. Nos últimos 6 anos mais de 120 mil árvores de seringa e 80 mil castanheiras foram derrubadas ao arrepio da lei, como consequência da ganância e da especulação fundiária dos fazendeiros, gerando desemprego e fome para centenas de famílias que rumaram para a periferia das cidades, formando verdadeiras vilas-miséria.

A afirmação é do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e candidato a prefeito do município, pelo Partido dos Trabalhadores, Francisco Mendes.

Segundo ele, os projetos de colonização executados até hoje pelo Incra, na Amazônia, limitaram a posse de terra em lotes de 50 a 100 hectares e isto impossibilitará a sobrevivência dos seringueiros e castanheiros, que necessitam de 300 a 500 hectares por família, para desenvolverem suas atividades extrativas e de coleta.

"Em Xapuri, 70% das terras são consideradas propriedades privadas dos pecuaristas, mas na realidade são ocupadas por cerca de 1.500 famílias de seringueiros. No ano passado ocorreu até uma intervenção da política militar do Estado para garantir os desmatamentos promovidos pelos fazendeiros".

25% DOS ITALIANOS SEM PROPRIEDADE

A cada ano que passa, cresce o número de pobres na Itália. Gorrieri, especializado em problemas de distribuição de rendas, chegou à conclusão de que em cinco anos (1978-83) o número de pobres italianos tinha aumentado em 10%. Segundo as estatísticas, uma pessoa pobre recebe aproximadamente a metade dos vencimentos médios per capita.

A conclusão do estudioso é confirmada por dados do Banco d'Italia. O principal estabelecimento creditício do Estado denuncia que a desigualdade nos vencimentos continua crescendo. Cerca de 10% da população da Itália possui a metade das riquezas nacionais, enquanto 25% não têm nenhuma propriedade.

O jornal "L'Unità" diz que "a última vez que se discutiu este problema no Parlamento foi há 30 anos. E o abismo entre os grupos sociais continua se aprofundando. O injusto sistema fiscal não faz mais do que estimular esta tendência. Os ricos se tornam mais ricos e os pobres mais pobres".

POTÊNCIAS OCIDENTAIS APOIAM ÁFRICA DO SUL

A República Sul-Africana é um ponto avançado do imperialismo. O regime racista de Pretória deseja perpetuar o colonialismo, nesta região, usando a força militar e desestabilizando os países vizinhos independentes. Os racistas não poderiam agir deste modo se não fossem apoiados e estimulados por Washington. Os Estados Unidos e outros países da OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte — fornecem à África do Sul o material de guerra usado por Pretória contra as nações independentes do continente.

Esta preocupação das potências ocidentais não é desinteressada, muito pelo contrário. A indústria de guerra dos Estados Unidos, os consórcios da Grã-Bretanha, da República Federal Alemã, da França, da Bélgica e de outros países capitalistas estão muito interessados em obter importantes matérias-primas estratégicas, que existem em grande quantidade na África meridional.

ESTADOS UNIDOS

As inversões norte-americanas na economia da África do Sul chegaram, durante a presidência de Reagan, a 14,6 bilhões de "rands" (moeda daquele país).

Atualmente, na África do Sul funcionam 400 companhias importantes dos Estados Unidos, 60 das quais estão entre as 100 maiores corporações transnacionais do mundo.

O capital norte-americano controla setores estratégicos da indústria sul-africana como o petróleo, químico, automobilístico, de equipamentos eletrônicos, de minério e de construção de maquinaria pesada.

Com a participação do Pentágono foi construída, na África do Sul, uma peça de artilharia de 155 mm com capacidade para disparar projéteis clássicos e nucleares.

ALEMANHA OCIDENTAL

A República Federal Alemã ocupa a segunda posição na importação de produtos sul-africanos. As inversões diretas da Alemanha Ocidental quase triplicaram a partir de 1972, superando, em fins de 1981, 6 bilhões de marcos, ou seja, 2,5 bilhões de dólares.

Na África do Sul funcionam 300 filiais de firmas da Alemanha Ocidental, que exploram 50 mil trabalhadores negros.

Entre os que apoiam o regime do "apartheid" estão grandes companhias militares da Alemanha Federal como a MBB, Man, Daimler-Benz, Rheinmetall, AEG-Telefunken e o consórcio de Thyssen, que ajudam Pretória a modernizar a construção de aviões, barcos e a indústria eletrônica.

INGLATERRA

Na África do Sul atuam 946 firmas e bancos britânicos.

De 1978 a 1981, o volume da cooperação econômica entre Londres e Pretória quase duplicou.

As companhias inglesas Marconi Instruments e Plessey participam ativamente na construção de equipamentos eletrônicos para os aviões de combate e constroem radares para o exército racista.

A transnacional britânica Lonrho fornece à África do Sul — em caixas onde se lê "Peças de Reposição para Bombas Hidráulicas" — metralhadoras, fuzis e munições.

INVERSÕES DE 30 BILHÕES

As inversões financeiras do Ocidente na indústria sul-africana chegaram a 30 bilhões de dólares. De 1972 a 1980 foram concedidos a esse país 200 empréstimos

no valor de 7 bilhões de dólares. As instituições financeiras ocidentais criaram um fundo secreto para garantir ao Estado do "apartheid" o petróleo e seus derivados, escapando, assim, às sanções internacionais.

Sete transnacionais controlam toda sua economia. Três dessas companhias — a Anglo-American Corporation of South Africa, Barlow Rand Mines e Africans Insurance Company — possuem 75% de todas as ações e valores da bolsa de Johannesburg. Os diretores de filiais de muitas transnacionais fazem parte do Conselho de Segurança Nacional, que coordena o trabalho da indústria de guerra. A indústria bélica sul-africana ocupa o 10.º lugar no mundo pela fabricação de armamentos. Com licenças do Ocidente produz armas de fogo, aviões de combate, carros blindados e peças de campanha.



Os mineiros sul-africanos trabalham em terríveis condições nas minas de ouro.

CONGRESSO NACIONAL AFRICANO DIRIGE LUTA CONTRA O APARTHEID

O Congresso Nacional Africano, principal organização de combate ao "apartheid" na África do Sul, foi fundado em 1912, antes da institucionalização desse sistema no País.

Nesse período era uma organização elitista, mas em 1940, com a legislação que criava a possibilidade de as terras pertencentes aos negros serem tomadas pela minoria branca, começa a se transformar numa organização de massas. Entretanto, a base do "apartheid" estava lançada e, em 1948, o Partido Nacional a institucionaliza.

E a reação não se faz esperar. Nelson Mandela e Oliver Tambo, entre outros jovens, constituem a Liga da Juventude e, em 1954, são eleitos para a direção executiva do CNA — Congresso Nacional Africano.

Em 1952, o CNA, já organizado em outras bases, promove uma gigantesca manifestação anti-apartheid. Desobediência civil e resistência pacífica que culminam com a prisão de mais de 8 mil pessoas.

Na sucessão dos fatos, o CNA, em 1955, divulga a Carta da Liberdade, onde são expostos os princípios para a reorganização da sociedade sul-africana em bases democráticas e multiraciais.

Mas a violência prossegue no país. Em 1960, Albert Luthuli, presidente do CNA, recebe o Prêmio Nobel da Paz e, neste mesmo ano, ocorre o massacre de Sharpeville, onde dezenas de negros sul-africanos são barbaramente assassinados pelos órgãos de repressão do regime e o CNA é posto na ilegalidade.

Diante da situação, começam a

ocorrer mudanças na estratégia do CNA com a criação de seu braço armado, "A Lança da Nação", que passa a realizar operações limitadas contra instalações governamentais.

Em Rivonia, no ano de 1964, ocorre algo inusitado. Nelson Mandela e grande número de dirigentes do CNA são julgados e condenados a longas penas sob acusação de sabotagens e tentativa de derrubar o governo, o que nos termos do regime racista significa "traição".

Entretanto, com todo aparato repressivo, os racistas sul-africanos não conseguem conter o movimento de massas que se amplia continuamente e, em 1976, ocorre a Revolta de Soweto, um "gheto" negro em torno da capital. Os mortos se somam às dezenas, mas o regime consegue ape-

nas levar milhares de jovens a ingressar na guerrilha.

Há 23 anos, o atual Presidente honorário do CNA cumpre pena na prisão de Poolsmoor, na cidade do Cabo. E, em todo este tempo, o nome de Mandela é um símbolo e uma bandeira de luta de todos aqueles que combatem o racismo e o sistema do "apartheid", influenciando poderosamente na mente e na consciência de seu povo.

Os movimentos de massa não cessam um só momento. As manifestações de rua, somam-se às greves de operários e ações militares. E o Ocidente, que tanto apóia o "apartheid" devido aos altos lucros que obtém, começa a desesperar-se, porque a Revolução está em marcha.

GLÁUBER DEFENDEU O CINEMA BRASILEIRO

O cineasta Gláuber Rocha, falecido em 1981, desenvolveu, na prática, a teoria da "estética da fome", estando esta presente em todo o transcurso de sua obra. Procurando criar uma relação adequada entre o cineasta brasileiro e a situação de falta de recursos existentes no País, estrutura uma nova linguagem, que se distancia dos esquemas das grandes empresas cinematográficas. A pobreza deixa de ser obstáculo e passa a ser parte da obra, elemento que explica a sua estrutura, tornando-a expressiva. Deste modo, se evita a simples constatação passiva, de que "somos subdesenvolvidos" e se desmascara a imitação imposta por forças anti-nacionais.

Gláuber, como outros artistas, participou do processo político-cultural-revolucionário que foi desmantelado pelo golpe de 1964, quando se instalou um governo ditatorial no Brasil. O caráter ideológico de seu trabalho estava vinculado a criação de uma cultura nacional-popular, original e superior à imposta de fora. É dentro deste contexto, que tem significado o trabalho de Gláuber, retratando a luta entre os vários setores sociais, a exploração do trabalho, a correlação de forças entre patrão e empregado e o misticismo religioso.

DENÚNCIA

Ele sempre denunciou e deu nome àqueles que prejudicaram o cinema nacional, como Jack Valenti, representante da Motion Pictures International, o segundo homem depois de Kissinger dentro da política internacional norte-americana, só que trabalhando na área de cinema. Jean-Gabriel Albicoco, representante da Gaumont no Brasil, que abriu um escritório no Rio de Janeiro, justamente para financiar a produção desse tipo de fita, a fim de liquidar a incipiente cinematografia nacional, prática comum do imperialismo norte-americano e europeu ocidental. Aliás, a Gaumont é uma empresa franco-italiana. Por outro lado, Reuzo Rossellini, diretor da mesma multinacional na Itália, confirmou isso a Gláuber. O cineasta brasileiro disse que "as pornochanchadas no mundo inteiro são financiadas pelas grandes companhias internacionais. Assim, os cinemas nacionais se avacalham do ponto de vista cultural, perdem o apoio do Estado e da sociedade, abrindo campo para o cinema dominador. É uma grande sabotagem".

Criando uma resistência cultural, dentro de um País sob ditadura militar, Gláuber Rocha aca-



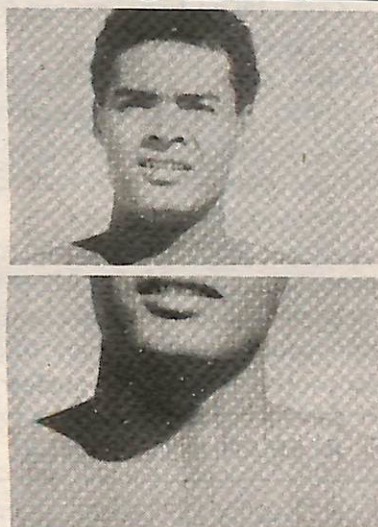
Gláuber Rocha e duas cenas do filme "Barravento"

bou sofrendo várias pressões. Foi ameaçado de morte pela extrema-direita, tendo voltado a Europa em 1980, num momento em que ocorria uma onda de atentados terroristas no Brasil. Os amigos Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro e a sua esposa Paula, entre outros, tentaram salvá-lo da doença dos pulmões e do desgosto. Mas sua morte veio, no dia 22 de agosto de 1981, aos 42 anos.

Foi neste ambiente complexo em que nasceu o filme "Barravento", produzido em 1961-62. Segundo Gláuber, "um filme de ruptura formal como objeto de um discurso crítico sobre a miséria dos pescadores negros e sua passividade mística".

Com um enredo que denuncia a alienação, "Barravento" mostra os pescadores de Buraquinho que trabalham puxando uma rede que não lhes pertence. O dono da rede, que não mora na aldeia, apropria-se da maior parcela do trabalho comunitário. Os pescadores aceitam passivamente tal condição sob o poder do Mestre, que é um velho líder organizador do trabalho e que negocia com o dono da rede a partilha dos peixes. O Mestre tem seu poder legitimado e reforçado pelo sistema religioso da comunidade. Firmino, ex-habitante da aldeia, volta da cidade e põe em questão as condições precárias de vida dos habitantes de Buraquinho. Aruã é o pescador de "corpô fechado", protegido pelos deuses, que deve conservar-se virgem para substituir o Mestre no futuro. O "despacho" de Firmino para acabar com o poder de Aruã não funciona.

Um próximo quadro põe em questão as relações de trabalho. O Mestre discute com o dono da rede sobre a queda do rendimento do trabalho, o que diminui a cota do patrão. As explicações não são convincentes e o Mestre desiste de reivindicar uma nova rede. Firmino aproveita o momento para fazer um discurso



acerca da exploração. Aruã, indeciso, não deixa transparecer sua discordância com o Mestre e resolve remendar a rede junto com os pescadores. Firmino, à noite, corta a rede, danificando-a por completo. Cota, sua namorada, surpreende-o neste ato e ele explica a situação dos negros desde a vinda da África e a necessidade de mudança.

ARUÃ É O LÍDER

De manhã os pescadores se vêem sem o único instrumento de trabalho que possuíam e assistem, silenciosos, os representantes do patrão retirarem a rede. Firmino incita todos à resistência, o que não acontece. O Mestre diz que eles podem pescar sem a rede, como se fazia nos velhos tempos. Os pescadores não vão para o mar e ficam revivendo seus mitos e lendas. Aruã se lança sozinho no mar com sua jangada. A volta é festejada, pois ele traz peixe. Os pescadores também vão para o mar, pois sentem a proteção de Aruã.

A movimentação da aldeia em torno da partida das jangadas para o mar marca a integração da comunidade com sua tradição. Firmino resolve acabar com esta **mistificação**, convencendo Cota a seduzir Aruã. Ela se banha nua no mar, à noite, seduzindo-o, o que, segundo os preceitos sagrados, quebraria seu poder sobrenatural baseado em sua pureza.

Na manhã seguinte estoura a tempestade, o barravento, a violência. Seu Vicente, pai de Naína, namorada de Aruã, está no mar. Aruã e Chico tentam salvá-lo. Cota corre pela praia e, em meio ao alvoroço, morre afogada. Após a tempestade, Aruã volta e diz que Chico e Seu Vicente estão mortos. Ele não acredita mais em seus poderes sobrenaturais. Firmino agita novamente e Aruã vai contra ele. Firmino o derrota, mas pede à comunidade que siga Aruã, o novo líder. A derrota

física tem outro significado, pois agora Aruã começa a ter uma nova consciência. Pedindo a todos que abandonem a obediência cega ao Mestre, Firmino desaparece. Aruã assume o discurso de Firmino, contra o Mestre, que agora procura isolá-lo dentro da comunidade. Naína tem seus cabelos cortados e está quase pronta para o ano dedicado a Iemanjá. As mães-de-santo dizem que sua dedicação pode salvá-lo. O casal se despede na praia e Aruã diz que Firmino tem razão e que as coisas devem mudar. Ele promete voltar após trabalhar um tempo na cidade. Garante a Naína que ela não estará sozinha; poderá prosseguir em sua caminhada religiosa de um ano para depois reencontrá-lo.

Quando o dia amanhece, Aruã vai-se embora, passando pelo mesmo farol que marcara a chegada de Firmino. O farol é o símbolo da luz, da força, do poder, da firmeza, do princípio, do ciclo.

Há três momentos relevantes: o equilíbrio inicial (a vida comunitária antes da chegada de Firmino); o desequilíbrio (a presença de Firmino e sua ação conscientizadora); e o equilíbrio final (a comunidade permanece nas mesmas condições e o único que se transforma é Aruã).

O discurso de Firmino é isolado e ele só consegue transformar Aruã. Mas a partir do momento em que este assume um discurso progressista, também é isolado. A comunidade de Buraquinho, que não possui contato com o mundo exterior, não está integrada em processos sociais mais amplos, voltando-se para si mesma, para os mecanismos tradicionais de subsistência, vida cultural e relações internas de poder. Firmino impulsivo, tende à ação isolada e põe em questionamento sua condição de "líder solitário" que não compreende que uma comunidade só progride em conjunto.

Portanto, "Barravento" é, também, uma crítica e uma análise da atuação de pessoas e organizações de tendência progressista que, não conseguindo romper certos vícios táticos, são incapazes de mobilizar grandes massas, apesar de suas idéias e propostas serem justas. Dentro de determinados limites, isso aconteceu e continua acontecendo no Brasil, onde não há uma comunicação efetiva e conseqüente entre as lideranças político-ideológicas, partidárias, sindicais e sociais e o conjunto do povo brasileiro. Na verdade chega-se a um paradoxo: há líderes sem seguidores.